



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 171

Teresina (PI), 26 de abril de 2016.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Hélio Oliveira** que:

“Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.723, de 16 de novembro de 2015, e dá outras providências.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 04 DE DE

DE 2016

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.723, de 16 de novembro de 2015, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 6.723, de 16 de novembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I - em até 36 (trinta e seis) meses com desconto de 40% (quarenta por cento) dos acréscimos moratórios incidentes sobre os encargos mensais devidos;

II - em até 48 (quarenta e oito) meses com desconto de 30% (trinta por cento) dos acréscimos moratórios incidentes sobre os encargos mensais devidos;

III - em até 60 (sessenta) meses com desconto de 20% (vinte por cento) dos acréscimos moratórios incidentes sobre os encargos mensais devidos;”

Art. 2º O parágrafo 3º do art. 3º da Lei nº 6.723, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 3º Será concedido 90% (noventa por cento) de desconto sobre os acréscimos moratórios incidentes nas prestações denominadas encargos mensais aos mutuários inadimplentes que manifestarem opção ao pagamento total à vista das dívidas apuradas.”

Art. 3º Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 6.723, de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 4º Os parcelamentos firmados nas condições previstas nos incisos I, II e III deste artigo, dar-se-ão com entradas mínimas no valor de 2 (duas) parcelas das dívidas pactuadas.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados e os parcelamentos firmados nos termos da Lei nº 6.723, de 2015, e inalterados os seus demais dispositivos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 06 de abril de 2016.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
1º Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**
2º Secretário

